



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/3038/2022	18/10/2022	Sai-AP/2022/183	22/12/2022

ASSUNTO: Requerimento n.º 488/XII (CH) – “Bairro Piedade Jovem - Arrifes”, apresentado pelo Senhor Deputado José Pacheco, da Representação Parlamentar do Chega

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelo Senhor Deputado José Pacheco, da Representação Parlamentar do Chega, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:

1. Por que motivo aquele empreendimento foi votado ao abandono?

O empreendimento não foi votado ao abandono. A Região Autónoma dos Açores, através da Direção Regional da Habitação gere 241 fogos. Destes, 122 sofreram intervenções no valor de 130 540,00€.

Dos 241 fogos, 150 são propriedade do IRHU- Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e que estão arrendados à Região Autónoma dos Açores. Por este arrendamento, em 2020 foram pagos 538 733,33 €, em 2021 foram pagos 538 814,81 € e, à data, em 2022 já foram pagos 450 745,13 €.

O aspeto de degradação do empreendimento decorre do fenómeno de humidade ascensional e atinge cerca de 48 imóveis que serão intervencionados de acordo com a capacidade de realojamento temporário das famílias.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

2. Por que motivo há apartamentos que são propriedade da Região que estão fechados e desabitados?

A Região tem 233 frações ocupadas, de um total de 241 – estando 8 desocupadas. As 8 frações desocupadas sob a gestão da Direção Regional da Habitação carecem de obras de manutenção.

3. Existe algum projeto do Governo Regional dos Açores para a reabilitação dos edifícios, nomeadamente os que são pertença da Região Autónoma dos Açores?

Existindo frações que são propriedade da Região Autónoma dos Açores, frações que são propriedade do IRHU- Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, e outras ainda, propriedade de particulares, qualquer intervenção a realizar terá de ser definida por todas as partes em sede de Assembleia Geral de Condomínio.

4. Tem o Governo Regional dos Açores delineada uma estratégia social que envolva aquelas famílias e lhes devolva o sentido de comunidade, tal como acontecia anteriormente quando havia uma equipa de apoio no bairro, que até ajudava a resolver pequenos conflitos entre vizinhos?

A Divisão de Apoios, Arrendamentos e Fiscalização, da Direção Regional da Habitação, acompanha em permanência os inquilinos da Região Autónoma dos Açores, no âmbito das necessidades sociais, económicas e habitacionais em parceria com outras entidades do Governo Regional e/ou IPSS com atividade no local.

Para além dos serviços próprios da Região, uma equipa da Cresaçor - Cooperativa Regional de Economia Solidária, CRL realizou atendimentos presenciais e telefónicos a candidatos dos programas habitacionais e fez a caracterização socio habitacional dos agregados, fazendo a necessária ligação com os serviços da Direção Regional da Habitação. Este trabalho no local foi realizado com recurso à ocupação de uma fração até ao final do ano de 2021. Ora, face à necessidade de habitações para agregados familiares identificados como estando em situação de Grave Carência Habitacional, foi decidida que essa mesma fração fosse atribuída a um agregado familiar em regime de renda apoiada.

A referida equipa continua a colaborar com a Direção Regional da Habitação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

5. Relativamente aos lotes que foram adquiridos por um investidor privado, há algum acordo mantido com o atual Governo Regional para a conclusão das obras?

Não existe qualquer acordo com qualquer investidor privado para conclusão de obras.

6. Se sim, que tipo de acordo está firmado?

Prejudicado pela resposta anterior.

7. Se não, por que motivo não há conversações entre o investidor e o Governo neste sentido?

Não foi feita nenhuma proposta formal e oficial à tutela.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública